**TERMO DE REFERÊNCIA**

# Construção da emesp – escola municipal de educacao especial pedro paulo lobo de andrade, visando a atender as necessidades da secretaria de educação do município de são pedro da aldeia/rj

**MARÇO/2023**

# 1 - OBJETO

Constitui o objeto deste Termo de Referência a contratação de empresa de engenharia especializada, para execução das obras de implantação da Emesp – Escola Municipal de Educação Especial Pedro Paulo Lobo de Andrade, cujas especificações técnicas estão descritas nos **projetos básicos** de engenharia, **memorial descritivo** e **planilhas** – peças técnicas anexas e indissociáveis do presente Termo, visando atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município de São Pedro da Aldeia/RJ.

# 2 - JUSTIFICATIVAS

**2.1 – DA NECESSIDADE CONTRATAÇÃO DO OBJETO**

A Secretaria Municipal de Educação em atendimento ao Programa de Governo Municipal e ao **PNE – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**, prioriza executar melhorias no sistema de Educação Pública e para tal, vem sistematicamente desenvolvendo e implementando um conjunto de ações voltadas para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, e da infraestrutura escolar da rede municipal de ensino, com o apoio efetivo de diretores de escolas, trabalhos e estudos para atingir o objetivo em questão.

Estudos conduziram a uma visão ampla da universalização do ensino, dando contribuições sobre os padrões mínimos de funcionamento de um edifício escolar, no que diz respeito a melhor adequação do ambiente físico para o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Não se trata de apenas garantir oportunidades de escolarização, é necessário garantir oportunidades de aprendizagem a todos, combatendo o déficit de vagas existente, o que significa trabalhar para universalizar a oferta, com base na qualidade e equidade.

Neste contexto, os serviços objetos do presente Termo de Referência justificam-se nos preceitos legais da Constituição Federal de 1988, art. 206, incisos I e II, que incluiu, entre os princípios orientadores da oferta de ensino, a *“igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola e a garantia de padrão de qualidade”,* pois, somente mediante suporte técnico especializado, será possível alcançar as metas estabelecidas nos Programas de Governo, referente à melhoria da rede física escolar.

Ressalte-se que as edificações destinadas à prática da educação devem dispor de uma infraestrutura ampla e moderna para atender todas as necessidades institucionais e que é crescente o número de alunos matriculados nessas instituições.

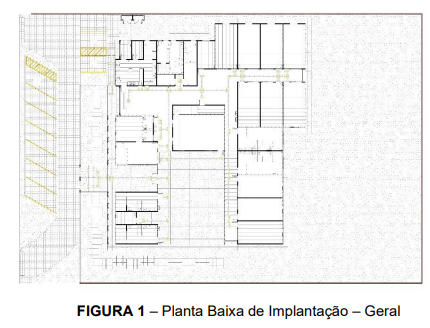
O déficit por vagas torna urgente a necessidade de construção de novas escolas, com estrutura moderna e projetada para atender as demandas presentes e futuras do sistema municipal de ensino. A **URGÊNCIA DA OBRA**, justifica a escolha de um método de construção industrializado, que otimize a execução dos serviços e dos processos construtivos – que reduzam significativamente o prazo de entrega da obra.

Diante o exposto, justifica-se a necessidade do presente certame licitatório sendo este essencial à contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços relatados.

**2.2 - CARACTERIZAÇÃO DA OBRA**

A Emesp – Escola Municipal de Educação Especial Pedro Paulo Lobo de Andrade consiste em uma edificação do sistema municipal de educação composta por uma escola, cujos projetos foram desenvolvidos para atender as necessidades deste Município, com área total construída de **973,11 M²**, a ser implantada em um terreno irregular de **2.757,59M²,** cujos projetos básicos de referência foram concebidos para serem executados no sistema construtivo inovador em PVC/CONCRETO, em conformidade a **Diretriz 004 – SINAT/Ministério do Desenvolvimento Regional**, conforme abaixo:





O projeto básico contempla blocos pedagógicos, administrativos e de serviços, cuja referência de custos são da **TABELA SINAPI 01/2023** e composições.

**2.3 - JUSTIFICATIVA TÉCNICA**

O licitante vencedor deverá ***executar o Objeto aplicando um sistema construtivo inovador e industrializado – PVC/CONCRETO (Diretriz Sinat 004), de modo a otimizar o processo de execução da obra permitindo a redução do cronograma físico da mesma em no mínimo, 50% do prazo considerado necessário para execução da mesma obra, utilizando-se o sistema de construção convencional.***

A construção desta importante obra e a necessidade de ampliação de vagas no sistema educacional do Município, em curto espaço de tempo torna-se uma tarefa inexequível se considerarmos a aplicação de técnicas construtivas ditas “convencionais” que levaria vários meses ou mais de um ano para que fosse concluída. Faz-se necessário recorrermos a métodos industrializados e/ou “pré-fabricados” que permitam a industrialização das práticas construtivas, que aperfeiçoem o processo de execução das obras.

Esta solução já vem sendo amplamente utilizada por centenas de municípios brasileiros e de maneira especial pelo Governo Federal em seus programas sociais que demandam a produção de edificações especialmente nos setores da educação, saúde e habitação de interesse social, onde é possível industrializar as práticas e processos construtivos, obter ganhos de produtividade e redução do cronograma físico-financeiro de execução das obras, vide exemplo do FNDE na **construção das creches do Programa Pró-Infância** com unidades sendo implantadas inclusive, neste Município e do Ministério da Saúde na construção das **UBSs – Unidades Básicas de Saúdes** e **UPAs – Unidades de Pronto Atendimento**. As tecnologias inovadoras também têm sido amplamente utilizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional no **programa habitacional MINHA CASA, MINHA VIDA** sendo que a qualidade, segurança e conformidade das mesmas são avaliadas e atestadas pelo SINAT – órgão técnico deste Ministério.

Ante a necessidade deste Município de buscar solução para industrializar o processo de execução de suas obras, foram realizadas diligências técnicas com o objetivo de se conhecer diversas tecnologias e experiências já aplicadas em outros municípios e avaliar o desempenho das mesmas nos requisitos de qualidade, segurança, durabilidade, manutenção e pós-ocupação. A melhor referência veio do site do **FNDE – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO:** (<https://www.fnde.gov.br/index.php/component/k2/item/5062?Itemid=912>)

O sistema construtivo inovador em PVC Concreto é amplamente utilizado em nível nacional pelo **FNDE** desde 2014, na construção das creches e escolas do **Programa Pró-Infância** em metodologia inovadora, cuja sistemática já foi avaliada e validada pelos órgãos de controle federais: **Tribunal de Contas da União – TCU** e **Controladoria Geral da União – CGU**, e atualmente é utilizado por centenas de municípios brasileiros, diversos deles, neste Estado inclusive.

Este Município foi pesquisar, á luz do histórico do **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE**, diante da adoção de Metodologias Construtivas Inovadores, diferentes dos sistemas de construção “ditos” convencionais, usualmente adotados nos projetos daquela Autarquia federal em seus projetos-padrão, isto é, projetos em alvenaria de tijolos e estrutura em concreto armado.

O **FNDE** realizou estudos a partir de 2011 que culminou com a publicação dos **Cadernos com as Diretrizes Técnicas para Apresentação de Projetos e Construção de Estabelecimentos de Ensino Público**, conforme segue:

1. O desenvolvimento dos Cadernos do FNDE se alinha com a política do Governo Federal que criou dentro do antigo Ministério das Cidades (hoje, Ministério do Desenvolvimento Regional) o **Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat – PBQP-H;**
2. Dentro do **PBQP-H** temos dois projetos propulsores, o **Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras – SiAC**, que é o resultado da revisão e ampliação do antigo SiQ (Sistema de Qualificação de Empresas de Serviços e Obras), e o **Sistema Nacional de Avaliação Técnica – SINAT**, que se traduz por uma iniciativa de mobilização da comunidade técnica nacional para dar suporte à operacionalização de um conjunto de procedimentos reconhecidos por toda a cadeia produtiva da construção civil, com o propósito de avaliar novos sistemas construtivos utilizados nos processos de construção;
3. O **SiAC** tem como objetivo avaliar a conformidade do sistema de gestão da qualidade das empresas de serviços e obras, considerando as características específicas da atuação dessas empresas no setor da construção civil, e baseando-se na série de normas ISO 9000;
4. O Sistema busca contribuir para a evolução dos patamares de qualidade do setor, envolvendo especialidades técnicas de execução de obras, serviços especializados de execução de obras, gerenciamento de obras e de empreendimentos e elaboração de projetos;
5. Já o **SINAT** pode ser sintetizado na harmonização de procedimentos para a avaliação de novos produtos para a construção, quando não existem normas técnicas prescritivas específicas aplicáveis ao produto, com base na **Norma de Desempenho de Edificações NBR 15575;**
6. A qualidade dos procedimentos do PBQP-H é garantida pelo Inmetro, através da atuação de seus acreditados, que eram denominados OCO (Organismo de Certificação de Obras) e passaram a ser **OAC (Organismo de Avaliação da Conformidade)**, no âmbito do SIAC, e pelas **ITA’s (Instituições Técnicas Avaliadoras)** no âmbito do SINAT;
7. A operacionalização do **SINAT** representa, efetivamente, a criação de uma infraestrutura fundamental para o desenvolvimento tecnológico do setor da construção civil, que através do GE-SINAT – Grupo Especializado SINAT, formado por especialistas da construção civil, com conhecimento e capacidade técnica específicos, analisa e elabora documentos técnicos para um determinado setor produtivo, quando necessário, a exemplo das diretrizes para avaliação técnica de sistemas construtivos inovadores e dos documentos de avaliação técnica;
8. Desde sua criação, já foram elaboradas diversas **DIRETRIZES SINAT**, que são documentos de referência contendo procedimentos para avaliação técnica de famílias de sistemas construtivos inovadores, incluindo requisitos e critérios de desempenho, bem como métodos a serem adotados na avaliação técnica;
9. Os Cadernos do FNDE se diferenciam das diretrizes do SINAT em diversos quesitos onde os critérios de desempenho devem ser superiores. As diretrizes do SINAT são voltadas para as construções habitacionais, enquanto as do FNDE se voltam ao ambiente escolar. Os desempenhos solicitados para ambientes escolares, que possuem uma ocupação muito superior em seus ambientes, em relação a ambientes habitacionais, requerem desempenhos superiores em ventilação dos ambientes, de isolamento térmico e sonoro, de segurança contra incêndio dentre muitos outros.

Em 2012 e 2013 o FNDE realizou três certamos licitatórios, 93/2012, 94/2012 e 09/2013, para a contratação de projetos a serem executados em municípios que aderissem a sua Ata de Registro de Preços. O sistema PVC Concreto foi vencedor para a construção de creches Tipo B e C em diversas regiões do país (*SC-PR-SP-MG-RN-PB-CE-MT-MS-AC-RO-GO-TO-DF*), após comprovar atendimento das **Diretrizes Técnicas para Apresentação de Projetos e Construção de Estabelecimentos de Ensino Público**. Desde 2014 até o presente momento, a tecnologia PVC Concreto é amplamente utilizada pelo Ministério da Educação na construção de escolas e creches, sendo dentre todos, o método inovador mais utilizado pelo fato de ter se mostrado também o de menor custo.

As metodologias avaliadas e habilitadas pelo **FNDE** (Painel Wall System, Sistema Concreto/PVC e sistema construtivo a seco Light Stell Frame) cumpriram a totalidade das exigências estabelecidas nos Volumes I a VI do FNDE, disponíveis como encartes no edital e anteriormente já mencionados. Tal cumprimento denota atendimento aos requisitos de cada disciplina, ou seja, Segurança (desempenho estrutural, segurança contra incêndio, segurança no uso e operação), Habitabilidade (estanqueidade à água, desempenho térmico, desempenho acústico, desempenho lumínico, funcionalidade e acessibilidade, conforto tátil e antropodinâmico, saúde, higiene e qualidade do ar) e Sustentabilidade (durabilidade e manutenabilidade, impacto ambiental)

Descoberto em 1872, o policloreto de vinila, conhecido como PVC, começou a ser produzido industrialmente na década de 1920 nos Estados Unidos e na de 1930 na Europa. Feito a partir do sal de cozinha (cloreto de sódio) e de derivados de petróleo. Atualmente, é um dos polímeros mais utilizados no mundo, quer seja na execução de tubos e de conexões, como em tapetes, brinquedos e bolsas de sangue e/ou soro.

Mais recentemente o PVC passou a ser utilizado nos sistemas de vedação vertical e horizontal na construção civil, em substituição aos materiais convencionais (tijolos e blocos cerâmicos ou de concreto, entre outros).

Trata-se de tecnologia para construção de edificações com paredes de PVC preenchidas com concreto que cumprem basicamente três funções: estrutural, de vedação e de acabamento/revestimento. Denominado de sistema construtivo em concreto/PVC, surgiu há 12 anos no Brasil, inspirado em tecnologia semelhante à existente no Canadá, e onde há, ao menos, três empresas do ramo em território nacional, formalmente homologadas pelo **SINAT – DATEC 017A**. Existem também outras similares na Austrália, México, Venezuela, Colômbia e na União Européia.

A utilização do PVC agrega inúmeras vantagens, como resistência à intempéries e  ambientes marinhos e é imune à ação de fungos, bactérias, insetos, roedores e à maioria dos reagentes químicos. Também apresenta boas características com relação a isolamento térmico, elétrico e acústico, é impermeável a gases e líquidos, apresenta baixa velocidade de propagação de chamas e é reciclável.

São construções sólidas, resistentes e duráveis. O conjunto de ensaios de desempenho estrutural, a que todos os sistemas construtivos homologados foram submetidos e aprovados, possibilita análise dos seguintes requisitos: estado de limite último, estado de limite de serviço, ação de cargas provenientes de peças suspensas, impactos de corpo mole e de corpo duro e ações transmitidas por impactos de portas nos sistemas de vedação vertical interna e externa.

Os requisitos funcionais de segurança contra incêndio, conceitualmente consideram:

* dificultar a ocorrência do princípio de incêndio;
* ocorrido o princípio de incêndio, dificultar a ocorrência da inflamação generalizada do ambiente;
* possibilitar a extinção do incêndio no ambiente de origem, antes que a inflamação generalizada ocorra;
* instalada a inflamação generalizada no ambiente de origem do incêndio, dificultar a propagação do mesmo para outros ambientes;
* permitir a fuga dos usuários da edificação;
* dificultar a propagação do incêndio para edificações adjacentes;
* manter a edificação íntegra, sem danos, sem ruína parcial e/ou total;
* permitir operações de natureza de combate ao fogo e de resgate/salvamento de vítimas.

A avaliação da reação ao fogo dos materiais é realizada por meio dos seguintes requisitos:

* determinação da taxa de queima (inflamabilidade);
* determinação da velocidade de propagação superficial de chama;
* determinação da densidade ótica da fumaça (quantidade de fumaça desenvolvida no processo de queima).

Os materiais e sistemas construtivos homologados foram ensaiados no **Instituto de Pesquisas Tecnológicas de Estado de São Paulo S/A – IPT**, demonstrando atendimento aos critérios estabelecidos no Volume I. Vale ressaltar que se tratam de ensaios destrutivos, reconhecidos internacionalmente, que promovem classificação em conformidade com regulamentações técnicas vigentes no país.

Adicionalmente, vale ressaltar que os projetos padrão do MEC para estabelecimentos de ensino, atendem às exigências das normas e regulamentos de segurança contra incêndio no que concerne à resistência ao fogo, rotas de fuga, equipamentos de extinção, sinalização, entre outros.

Quanto às suscetibilidades a condições climáticas, cabe salientar que dizem mais respeito ao projeto da edificação do que especificamente à metodologia construtiva empregada, vez que os ensaios realizados no âmbito das disciplinas, em especial o “conforto térmico”, levam em consideração o comportamento do sistema construtivo em todas as 8 zonas bioclimáticas do território brasileiro, definidas na ABNT NBR 15220-3.

Todos os sistemas homologados foram aprovados em todas as disciplinas, e, para assegurar que os projetos padrão das creches também atendessem aos requisitos de desempenho em todas as regiões e zonas bioclimáticas do país, o MEC os submeteu à apreciação do **LACAM** - Laboratório de Controle Ambiental e Eficiência Energética - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UNB.

O LACAM atua nos campos disciplinares do Conforto Térmico, Luminoso, Sonoro, da Eficiência Energética e dos Impactos Ambientais da Urbanização. Desenvolve estudos técnicos experimentais, de modelagem, simulação e avaliação de desempenho de condições ambientais em relação à sustentabilidade, ao conforto ambiental e à eficiência energética.

Depois de realizar todos os estudos, modelagens e simulações cabíveis, o LACAM concluiu pela viabilidade de aplicação dos projetos padronizados das creches em todas as regiões e zonas bioclimáticas.

Mesmo apresentando alto desempenho em todas as disciplinas, capacidade logística, e prazos de execução até 65% menores que a média nacional, os preços em todo o território, para o sistema construtivo que utiliza concreto-PVC, ficaram abaixo da tabela Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), divulgada mensalmente pela Caixa Econômica Federal, e que baliza os preços dos prédios de alvenaria.

Portanto, conclui-se que, ao atender os parâmetros técnicos estabelecidos nos cadernos do FNDE, essa metodologia construtiva está apta a ser novamente utilizada para a construção de edifícios educacionais, na forma que propõem este Município.

O sistema construtivo inovador proposto tem **Diretriz Técnica** própria e específica, publicada no âmbito do **SINAT/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**, e o **DATEC 017A** que certificou 03 fabricantes.

**Os preços referenciados pelo FNDE, no uso do sistema PVC Concreto no financiamento de suas obras em todo o Brasil está equivalente ao custo dos sistemas convencionais, com os benefícios adicionais de redução dos cronogramas, da qualidade final da obra e da redução significativa dos custos de operação e manutenção.**

A evolução da indústria do pré-fabricado detém tecnologia para obtenção do melhor produto possível em termos técnicos, estéticos e funcionais em elementos construtivos. A solução garante rapidez e facilidade de manutenção, além de acentuada versatilidade. Estas qualidades já são reconhecidas em empreendimentos privados comercias tais como: shopping centers, edifícios, hotéis, indústrias, entre outros, que precisam oferecer rápido retorno e a melhor relação custo/benefício ao investidor. **A Administração Pública deve, também, usufruir de todas estas vantagens na esteira do disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93:**

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

III - submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

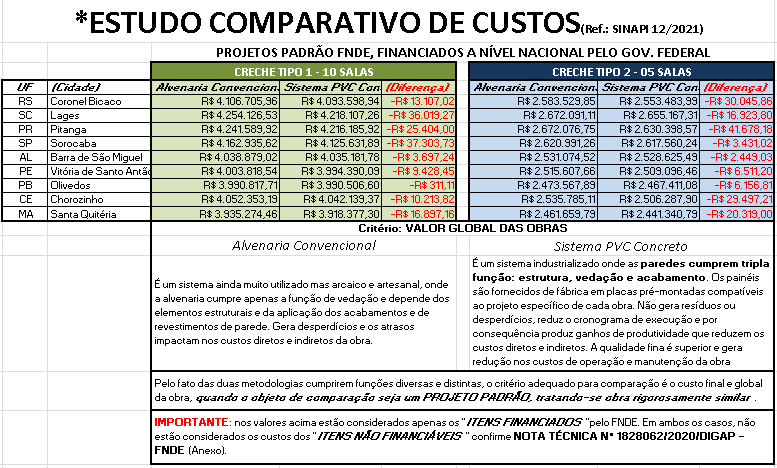
Não se olvide em dizer que a expressão compra tem interpretação extensiva, albergando todas as contratações de bens e serviços.

Além do já citado, o sistema pré-fabricado oferece ainda os seguintes benefícios:

* Padronização das edificações (art. 11 e art. 15, I, da Lei Federal nº 8.666/93);
* Melhoria na qualidade da gestão do projeto;
* Garantia de rapidez à obra;
* Redução e eliminação de diversos custos indiretos ou de difícil contabilização;
* Maior confiabilidade no cumprimento do cronograma;
* Obra sem desperdício, ociosidade e risco de desvios de materiais;
* Menor estrutura administrativa, fiscalização, laboratório e controle;
* A obra fica menos suscetível a variações climáticas;
* Redução das horas do pessoal exposto ao risco;
* Garantia de qualidade;
* Obra limpa e menor dano possível ao meio ambiente;
* Rotatividade menor da mão-de-obra;
* Maior organização do canteiro de obras.

Outra questão importante, é a comparação do valor final das obras entre o **sistema de construção convencional (tijolo) vs sistema PVC Concreto.** É diretriz do FNDE/Governo Federal financiar qualquer metodologia de construção inovadora no âmbito dos programas federais, desde que atenda as seguintes premissas: a) Tenha sido avaliada e certificada por ITA – Instituição Técnica Avaliadora, credenciada e acreditada no âmbito do SINAT; b) Cujo valor final da obra seja equivalente ou inferior as referências no sistema convencional, tomando-se por base os projetos padronizados pactuados pelo órgão junto aos municípios (fonte: site oficial do FNDE <https://www.gov.br/fnde/pt-br> ).

O estudo comparativo de vantajosidade, relacionados aos custos globais de uma obra de edificação no sistema convencional e no sistema PVC concreto foi estabelecido tomando-se por base um PROJETO PADRONIZADO/FNDE e comparando obras rigorosamente similares. O FNDE, autarquia ligada ao Ministério da Educação, financia as duas modalidades construtivas desde 2014, em todo território nacional, conforme abaixo demonstrado:



(ver **ANEXO II** – **Nota Técnica nº 1828062/2020** – DIGAP/FNDE)

A Fonte é o próprio SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação/FNDE. É um portal operacional e de gestão do MEC, que trata do orçamento e monitoramento das propostas on-line do governo federal na área da educação. É no Simec que os gestores verificam o andamento dos Planos de Ações Articuladas em suas cidades, monitoram a evolução das obras financiadas com recursos federais, em todo o território nacional.

Foram consideradas as duas tipologias de creches (Tipo 1 e 2) em 09 estados e cidades distintas afim de termos uma “amostra nacional” de comparação, especialmente considerando as variações da tabela SINAPI de um estado para outro. Apesar de haver uma variação percentual nos números finais, em “todos” os casos o sistema PVC Concreto mostrou-se mais vantajoso, sendo que o parâmetro de análise considerou: 1) o mesmo projeto; 2) os mesmos serviços e escopo; 3) a mesma referência (Sinapi 12/2021).

Por essas razões é que o método construtivo indicado para execução das obras constantes deste Termo de Referência deverá ser o pré-fabricado no sistema **PVC/CONCRETO, em conformidade a Diretriz Sinat 004 – rev01**/Ministério do Desenvolvimento Regional, considerando a experiência positiva do emprego desta metodologia em outras obras públicas deste Estado.

**3 – DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

**3.1.** **Concorrência** (art. 23, inciso I, alínea c, da Lei nº 8.666/93)

**3.2.** O critério de julgamento da proposta é o de **menor preço global**. (Art.45, Inc. I, da Lei nº 8.666/93).

**4 – DO REGIME DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**4.1.** Regime de execução indireta través de **empreitada por preço unitário**.

# 5 - LOCAL DA EXECUÇÃO DO OBJETO.

**5.1.** A obra será executada no terreno localizado na **Rua Epaminondes Pereira Nunes, S/N, Bairro Mossoró – São Pedro da Aldeia/RJ.**

# 6 – VALOR GLOBAL ESTIMADO

**6.1.** O **VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO é de R$ 4.497.466,49** (Quatro Milhões, Quatrocentos Noventa Sete Mil, Quatrocentos Sessenta Seis reais, Quarenta Nove Centavos), já acrescidos do BDI e tendo os preços referenciados pelas tabelas de custos **SINAPI 01/2023** e outras tabelas oficiais.Para os serviços não contemplados na referida tabela, foram feitas composições de preços unitários com base nos preços praticados pelo mercado local e ou utilizando os insumos e serviços da própria **SINAPI**.

**6.2.** O **BDI** utilizado foi de **25,00%** para os serviços e de **16,80%** para fornecimento de materiais, conforme parâmetros indicados no Acórdão 2622/2013-TCU Plenário e devidamente justificado.

**7 - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL.**

**7.1.** O prazo de vigência contratual é de **08 (oito) meses**, contado a partir da data de assinatura do contrato.

**7.2.** O prazo de execução total dos serviços é de **06 (seis) meses**, a contar da expedição da Ordem de Serviço, conforme cronograma físico-financeiro anexo.

**7.3.** A Ordem de Serviço será expedida pela da Secretaria de Educação. Antecipadamente à emissão da referida ordem de serviço, haverá a designação do correspondente fiscal da execução contratual.

**7.4.** O prazo para o início dos serviços será de até dias úteis 05 (cinco), após recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada.

**7.6.** A entrega das Anotações de Responsabilidade Técnica – ART, conforme reza o art. 3º da Resolução Nº 425/98 do CONFEA, e assinatura do contrato é fator predecessor para a expedição da Ordem de Serviço.

**7.7.** O prazo de vigência do contrato e execução da obra poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, §1º, da Lei Federal 8.666/93.

**7.8.** Prazos para Assinatura do Contrato é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação conforme artigos 62 e 64 sem prejuízo das penalidades previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

**8 – CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, TÉCNICA e ECONÔMICO FINANCEIRA.**

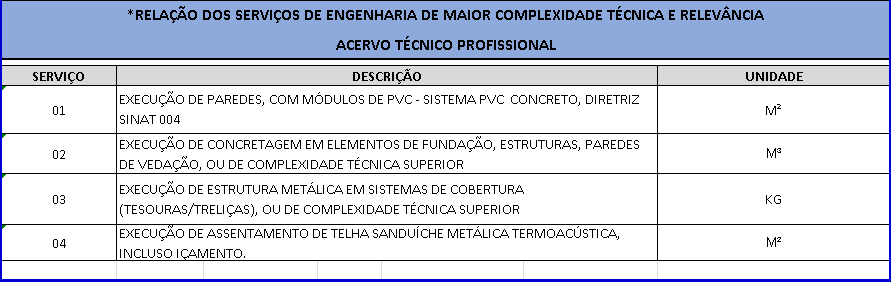
**8.1.** A Empresa Licitante deverá comprovar sua **habilitação jurídica** e **fiscal,** nos termos exigidos pela Lei Federal nº 8.666/93**.**

# 8.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A Empresa Licitante deverá comprovar sua **habilitação técnica,** conforme Art. 30 da Lei 8.666/93, corroborado com Súmula 263 do TCU, conforme abaixo que segue:

**8.2.1.** Comprovação de registro/inscrição da empresa e do responsável técnico que a compõe perante o Conselho Regional de Engenharia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da sede da licitante, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação no presente certame;

**8.2.2.** A Empresa Licitante deverá comprovar que possui no seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior detentor de atestado(s) de capacidade técnica na execução de obra ou serviço de características semelhantes ao Objeto do presente certame, através de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente certificado pelo CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e/ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, referente à obra similar, incluindo obrigatoriamente os seguintes serviços ou similares planilhados no orçamento base, apresentados na(s) Certidões de Acervo Técnico - C.A.T.’s, relativas às parcelas de maior relevância e valor significativo indicadas abaixo:

**ANEXO IV** - Memória de Cálculo dos serviços de maior complexidade técnica e relevância

**Serviço 03** - ESTE SERVIÇO PODERÁ SER COMPROVADO TAMBÉM PELA UNIDADE EM M²

**8.2.3.** A Empresa Licitante deverá comprovar a prova de vinculo e a inclusão no seu Quadro Permanente, ao qual se refere o item **8.2.2**, que deverá ser realizada pela apresentação de cópia(s) do(s) Contrato(s) de Trabalho do(s) profissional(is) com prazo superior ao período de experiência previsto na legislação; ou Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS; ou cópia do Contrato Social da empresa em que consta(m) o(s) profissional(is) integrante(s) da sociedade; ou, ainda, através do(s) contrato(s) de prestação de serviços regido(s) pela legislação civil comum, devidamente registrado(s) no(s) cartório(s) competente(s) e/ou na(s) entidade(s) profissional(is) competente(s), conforme preconizam o art. 1º, da Lei 6.496/77 e o art. 45, da Lei 12.378/10;

O(s) profissional(is) cujo(s) atestado(s) venha(m) atender à(s) exigência(s) do item **8.2.2** não poderá(ão) ser substituído(s) por outro(s) profissional(is), sem a prévia aprovação formal da Contratante.

Não serão aceitos Atestados de Capacidade Técnica - CAT emitidos pela Licitante em seu próprio nome, nem nenhum outro que não tenha se originado de Contratação.

**8.3.** A **qualificação econômico-financeira** deverá ser comprovada mediante o cumprimento dos seguintes requisitos:

**8.3.1.** Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede da licitante, ou de seu domicílio OU, no caso de empresas em recuperação judicial, que já tenham tido o plano de recuperação homologado em juízo, certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que o licitante está apto econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório;

**8.3.1.1.** Caso a certidão acima contenha ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos, a licitante deverá também apresentar a Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede da pessoa jurídica.

**8.3.1.2.** As empresas sediadas em Pernambuco, além de apresentação da Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e/ou Extrajudicial, também deverão apresentar a “CERTIDÃO DE LICITAÇÃO” (1º Grau de Jurisdição) emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, através do site [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br), conforme determina a Instrução Normativa do TJPE, nº 07 de 20/06/2015;

**8.3.2.** Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial, ou órgão equivalente da sede do licitante, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por Balancetes ou Balanços Provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três (três) meses da data de apresentação da proposta.

**8.3.2.1.** O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

**8.3.2.2.** As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o referido balanço, inclusive com os termos de abertura e encerramento.

**8.3.3.** Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| LG = | Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo | |
| Passivo Circulante + Passivo Não Circulante | |
| SG = | Ativo Total | |
| Passivo Circulante + Passivo Não Circulante | |
| LC = | Ativo Circulante |  |
| Passivo Circulante |  |

**8.3.3.1.** A licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) será habilitado se comprovar possuir patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

# 8.4. vistoria técnica

### Atestado de visita ao local dos serviços, visando o conhecimento das condições dos serviços bem como de eventuais e possíveis dificuldades e circunstâncias outras que possam influir, não somente na elaboração da proposta como na própria execução dos serviços. O Município se reservará o direito de não acatar pedidos posteriores à contratação dos serviços cuja origem seja decorrente de situações que poderiam ser previstas na visita ao local e na análise da planilha/projeto.

### A Visita Técnica deverá ser previamente agendada através do email: [infraestrutura@semedspa.rj.gov.br](mailto:infraestrutura@semedspa.rj.gov.br), no horário de funcionamento da Secretaria de Educação.

### Caso a licitante não queira realizar a visita deverá apresentar "Declaração Formal” assinada pelo representante legal, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes a natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por este fato e informando que não utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras. Na declaração deverá constar, obrigatoriamente, o número do processo licitatório, a modalidade e objeto desta licitação.

# 8.5. Declaração formal emitida pela licitante que disporá dos equipamentos e pessoal necessários para execução do serviço de que trata o objeto desta licitação, devendo os equipamentos estarem disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação.

# 8.6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.

8.6.1. Não serão permitidas a participação de empresas na forma de consórcio. A vedação é justificada pela existência no mercado de empresas que isoladamente podem executar os serviços ora intentados, de sorte que também não resta a necessidade de compartilhamento de método ou tecnologia que enseje a necessidade de formação de consórcio. Tal preceito, advém da discricionariedade proporcionada pelo artigo de 30, inciso II, da Lei 8.666/93. Demais do exposto, objetiva a Administração obter melhores resultados em razão do gerenciamento a ser efetivado por uma única empresa, de modo a se obter um melhor cumprimento do seu objeto.

**9. DA SUBCONTRATAÇÃO**

9.1**.** A Licitante Vencedora só poderá subcontratar serviços objeto do contrato parcialmente, mediante autorização da Secretaria de Educação, sendo estes caracterizados como serviços especializados, atividades que não constituam a escopo principal do objeto, sendo esses serviços acessórios, como também, que não ultrapassassem 30% (trinta por cento) do valor licitado, como previsto pela [Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006](http://legislacao.planalto.gov.br/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lcp%20123-2006?OpenDocument), Art. 47 e Art. 48 inciso II “..em que seja exigida dos licitantes a subcontratação de microempresa ou de empresa de pequeno porte, desde que o percentual máximo do objeto a ser subcontratado não exceda a 30% (trinta por cento) do total licitado...”.

# 10. PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado após a execução dos serviços, **efetivamente executados e atestados pelo fiscal**, mediante a apresentação a aprovação do Boletim de Medição e Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor técnico competente.

10.2. As **medições deverão ser executadas em intervalos de até 15 (quinze) dias corridos**, a contar da data da emissão da Ordem de Serviço, justificando-se pelo processo de industrialização da obra, de modo que o fluxo financeiro seja compatível ao fluxo operacional e acompanhe a velocidade de execução da obra.

**10.3.** Os boletins de medições serão analisados em até 2 dias e os pagamentos serão realizados em até 05 dias a partir do atestado de execução ser emitido pelo gestor do contrato e apresentação da respectiva Nota Fiscal.

# 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

11.1. Comprovação de registro ou inscrição da empresa no CREA ou CAU, da sede do licitante.

**11.2.** Manter um encarregado de obras e serviços, em regime integral e um engenheiro, em regime parcial durante toda vigência do contrato, para acompanhar a execução, controle técnico e qualidade dos serviços e vigia para zelar e guardar o patrimônio, com o objetivo de inibir ou detectar tentativas de crime.

**11.3.** Ficará a CONTRATADA na obrigação de providenciar, por sua conta e responsabilidade, até 30 (trinta) dias consecutivos após a assinatura do instrumento de contrato, o seguinte:

* Matrícula da obra junto ao INSS;
* Seguro de responsabilidade civil – RCC;

E até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato:

* Anotação da responsabilidade técnica – ART/CREA;

**11.4.** Caberá a CONTRATADA proponente compatibilizar os **Projetos Executivos** aos **Projetos Básicos** que integram o presente certame, logo após a celebração do contrato e antes do início da execução das obras, fornecendo também os manuais de construção, uso e manutenção para que a Administração possa se preparar adequadamente e exercer corretamente a fiscalização da obra.

**11.4.1.** Os projetos executivos deverão ser elaborados pelo Proponente tendo como referência os Cadernos de **DIRETRIZES TÉCNICAS PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETOS E CONSTRUÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PÚBLICO** (Maio 2012): **VOLUME I** - ***Requisitos e Critérios de Desempenho Para Estabelecimentos de Ensino Público***, **VOLUME II** – ***Instrução Para Elaboração de Memorial Descritivo – Projeto de Transposição***, **VOLUME III** – ***Instrução Para Apresentação do Projeto de Transposição***, sistemática que já é aplicada em nível nacional pelo **FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação** na construção das edificações do **Programa Pró-Infância** em metodologia inovadora.

**11.4.2.** Para elaboração dos Projetos Executivos complementares, faz-se necessário utilizar como ponto de partida o **Projeto Básico** deste certame**,** sendo condicionantes, os parâmetros funcionais e estéticos em relação ao Projeto Básico, que devem ser respeitados, a fim de não se perder a identidade arquitetônica, a disposição dos ambientes em Planta Baixa, a funcionalidade dos ambientes (inclusive compatibilidade de rede elétrica para climatização de todos os ambientes), o partido arquitetônico, a volumetria dos ambientes, áreas e proporção dos ambientes internos, layout, tipologia de cobertura, funcionalidade dos materiais de acabamento e a especificação de louças e metais.

**11.4.3.** Quando da elaboração do Projeto Executivo da fundação, deve-se considerar uma **Fundação Típica Radier**, adequada ao método construtivo proposto. Após a assinatura do contrato e emissão da respectiva Ordem de Serviço, a Contratada deverá executar a sondagem do solo e ajustar seu projeto de fundação aos requisitos do terreno, sem que isto implique em ônus adicional ao contrato.

**11.4.4** A adequação dos projetos executivos ao projeto básico deverão observar todas as Normas Técnicas aplicáveis bem como as melhores práticas da engenharia, detalhando-se todos os elementos e interface entre os subsistemas.

11.5. Manutenção, durante a vigência do Contrato de todas as condições de habilitação, incluindo a atualização de documentos de controle das arrecadações de tributos federais: SRF Dívida Ativa, FGTS, CND/INSS, e outras legalmente exigíveis, junto a esta Secretaria como caução mantenedora.

11.6. Comunicar à SECRETARIA DE EDUCAÇÃO as alterações que forem efetuadas em seu contrato social ou estatuto.

11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as leis federais, estaduais e municipais (inclusive todos os regulamentos, normas, instruções e diretrizes) que lhe forem aplicáveis e necessárias ao seu funcionamento como empresa.

11.8. Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, inclusive os decorrentes de acidentes de trabalho. Em hipótese alguma, os encargos sociais poderão estar incompatíveis com a situação trabalhista dos empregados da Contratada que estejam vinculados ao objeto contratual.

11.9. Indicar representante aceito pela SECRETARIA DE EDUCAÇÃO para representá-la na execução do Contrato, comparecer às reuniões convocadas por essa Secretaria, de modo que nenhuma providencia possa ser retardada ou suspensa, cabendo-lhe ainda o ônus ocasionado pelo não atendimento à convocação.

**11.10.** Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantir a salubridade e a segurança nos acampamentos e nos canteiros de serviços. A CONTRATADA deverá executar o serviço considerando sempre os requisitos de Segurança do Trabalho adequados, seguindo a Lei 6.514/77, Norma Regulamentadora NR 18, e demais regulamentações do Ministério do Trabalho e da ABNT.

**11.11.** Adotar todas as medidas de segurança necessárias ao bom andamento dos serviços e a preservação dos bens desta SECRETARIA DE EDUCAÇÃO e de Terceiros. Será de responsabilidade exclusiva da Contratada a indenização de quaisquer acidentes de trabalho, resultante da execução das obras e serviços contratados, ou qualquer caso fortuito. A CONTRATADA se responsabilizará pelo fornecimento de EPIs, materiais, equipamentos, transporte, alimentação, além de questões administrativas, acidentais, não sendo atribuída à Secretaria de Educação qualquer culpabilidade neste âmbito.

11.12. Responder financeiramente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas, por quaisquer danos causados à União, Estado, Município ou terceiros, em razão da execução dos serviços.

11.13. Responder diretamente por todas e quaisquer perdas e danos causados em bens ou pessoas, inclusive em propriedades vizinhas, decorrentes de omissões e atos praticados por seus funcionários e prepostos, fornecedores e subcontratadas, bem como originados de infrações ou inobservância de leis, decretos, regulamentos, portarias e posturas oficiais em vigor, devendo indenizar a Contratante por quaisquer pagamentos que seja obrigado a fazer a esse título, incluindo multas, correções monetárias e acréscimos de mora.

11.14. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta prestação, salvo mediante prévia e expressa autorização da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO** e desde que a sucessora detenha o mesmo objeto social e acervo previstos no instrumento convocatório.

11.15. Responder pelas obrigações e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão ou não do objeto do contrato.

11.16. Planejar os serviços de forma a não interferir no andamento normal das atividades desenvolvidas no local e em seu entorno.

11.17. Atender prontamente às requisições da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO** no fornecimento dos materiais nas quantidades e especificações deste Termo de Referência e seus anexos.

11.18. Facilitar a ação da Fiscalização na inspeção dos serviços prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, inclusive de ordem administrativa.

11.19. Assegurar livre acesso e trânsito no canteiro de obras, bem como permitir visitas e fornecer informações a todos os consultores técnicos ou projetistas da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO** ou contratados por ela, e que por este forem previamente credenciados.

11.20. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, as suas expensas, serviços objeto do Contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais ou equipamentos inadequados ou não correspondentes às especificações.

11.21. Comunicar a Fiscalização do Contrato da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.

11.22. Não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, além de não empregar em qualquer trabalho menor de dezesseis anos, ressalvando o emprego de menor na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. Tudo conforme dispõe o inciso V do Art. 27 da Lei Federal N° 8.666/93, acrescido pela Lei Federal N° 8.854/98.

**11.23.** Será também de responsabilidade da Contratada a eventual destruição ou danificação, por terceiros, dos serviços executados, até a aceitação definitiva da mesma, bem como as indenizações que possam vir a ser devida a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos em via pública.

**11.24.** Possuir na obra, desde o início da execução do Contrato, um Livro de Ocorrência, fornecido pela CONTRATADA, com um mínimo de 50 (cinquenta) folhas fixas numeradas, intercaladas de pelo menos uma folha serrilhada, que se destina a relatórios de fiscalização, anotações, modificações e qualquer tipo de solicitação tanto da Fiscalização como da CONTRATADA. Fica a cargo da CONTRATADA a guarda do livro durante o período da obra/serviço, bem como a reposição em caso de término do Livro, devidamente assinada diariamente pelo o Engenheiro Civil ou Arquiteto responsável pela obra.

# 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

12.1. Emitir, após a assinatura do contrato, antes da execução dos serviços a respectiva Ordem de Serviço.

12.2. Atestar o recebimento do objeto contratado, rejeitando-o caso não esteja de acordo com as especificações trazidas neste Termo.

12.3. Acompanhar e fiscalizar a execução da prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência.

12.4. Efetuar os pagamentos à Contratada conforme previsto neste Termo e cronograma físico-financeiro, após o cumprimento das formalidades legais.

12.5. Paralisar e/ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços, de forma parcial e/ou total, sempre que houver descumprimento das normas preestabelecidas em contrato.

12.6**.** Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da contratada.

12.7. Acompanhar a execução dos serviços por um representante da Secretaria de Educação, determinando o que for necessário para regularizar as faltas ou defeitos observados, submetendo à autoridade competente o que ultrapassar a sua competência, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

12.8. Homologar os serviços prestados, de acordo com as respectivas Ordens de Serviço, atestando as respectivas faturas.

12.9. As demais obrigações, tanto da Contratada como da Contratante, estarão descritas no Edital de Licitação.

# 13 - FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

13.1. Caberá a Secretaria de Educação exercer a fiscalização do objeto deste contrato, na forma preconizada no Art. 67 da Lei Nº 8.666/93, visando à observância do fiel cumprimento das exigências contratuais, o que não exclui a fiscalização e supervisão do objeto licitado por parte da Contratada.

13.2 . A Secretaria de Educação conforme dispõe do Art. 67 Seção IV da Lei Federal N° 8.666/93 irá designar um representante da Administração, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição, para acompanhamento e fiscalização da execução do contrato.

13.3. Caberá, ainda, a Secretaria de Educação, manter anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização de falhas e problemas observados;

13.4. Após a expedição da Ordem de Serviço, a Contratada deverá se reunir com a Equipe técnica da Contratante com o objetivo de apresentar os profissionais responsáveis pelos trabalhos contratados e receber as informações pertinentes.

13.5. Durante a execução dos serviços, deverão ser feitos contatos formais entre o executor do contrato ou Comissão Técnica da contratante e a contratada, através de reuniões de acompanhamento, para verificação do desenvolvimento dos trabalhos e ajuste dos mesmos, dentro dos objetivos almejados.

13.6. Diante de quaisquer alterações que por razão de ordem técnica, se tornar necessária, a Contratada deverá ser antecipadamente comunicar à da Secretaria de Educação para análise e pronunciamento superior. Comunicações nesse sentido serão formalizadas por escrito, assim como as deliberações posteriores, e somente poderá ser realizada com aprovação e liberação também por escrito.

13.7. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação às quantidades e, particularmente à qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas quando desatendidas as disposições a elas relativas.

13.8. Os trabalhos poderão ter suas quantidades alteradas pela Secretaria de Educação nos termos da lei, ou sofrer alteração na ordem das suas etapas, por interesse administrativo devidamente justificado.

13.9. Compete à Fiscalização, em conjunto com as demais áreas da Secretaria de Educação, resolver as dúvidas e as questões expostas pela Contratada, dando-lhes soluções rápidas e adequadas. Os casos omissos, quando não solucionados de comum acordo, serão resolvidos pela área competente da Secretaria de Educação que definirá os procedimentos de execução de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para o serviço.

13.10. A Contratada prestará todos os esclarecimentos solicitados pela Secretaria de Educação, cujas reclamações, orientações e determinações obriga-se a atender pronta e irrestritamente.

13.11. Sem prejuízo da plena responsabilidade da Contratada perante a Secretaria de Educação ou a terceiros, todos os trabalhos contratados estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização da Secretaria de Educação, a qualquer hora, por seus representantes devidamente credenciados.

13.12. A Fiscalização terá plena autoridade para suspender, por meios amigáveis ou não, os serviços da obra, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente, por motivos técnicos, disciplinares, de segurança ou outros.

13.13. A Fiscalização, constatando inoperância, desleixo, incapacidade, falta de exação ou ato desabonador, poderá determinar o afastamento do preposto ou de qualquer empregado da Contratada, bem como, de subempreiteiras e/ou subcontratadas.

# 14 - PENALIDADES

**14.1.** Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, o fornecedor, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurado o contraditório e a ampla defesa, na forma dos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/1993, ficará sujeito às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa moratória de:

 b.1) 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a incidência a 30 (trinta) dias. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

 b.2) 10,0 % (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de atraso por período superior ao previsto na alínea “b.1”, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) multa compensatória de:

 c.1) 0,5 % (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor constante da nota de empenho, no caso de não substituição do produto que apresentar defeito/vício, no prazo de 05 dias úteis, a contar da notificação, limitada a incidência a dez dias. Após o décimo dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do produto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial da obrigação assumida;

 c.2) 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

d) impedimento de licitar com o Município e descredenciamento do sistema municipal de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, na forma do edital e da lei, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 87, IV da Lei nº 8.666/1993, acarretando o cancelamento da inscrição do Certificado de Habilitação de Firmas, no Setor de Cadastro de Fornecedores da Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas do Município do Recife.

**14.2.** Qualquer contestação sobre a aplicação de penalidades deverá ser feita por escrito, no prazo de até 05 (cinco) dias consecutivos após a aplicação da mesma.

# 15 - FORMA DE ENTREGA DOS SERVIÇOS

**15.1.** Recebimento é o ato que se caracteriza por documento assinado pela Contratada, decorrido o prazo contratual, definido na ordem de serviço, no qual a Contratante declara aprovado, aceito e recebido, em caráter definitivo, o serviço ou obra executada pela Contratada. O objeto desta licitação será recebido pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato, nas seguintes condições:

### **15.1.1.** Recebimento provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade de execução dos serviços conforme as especificações exigidas, no prazo de **15 (quinze) dias;**

### **15.1.2.** Recebimento definitivo no prazo de **30 (trinta) dias**, contado do recebimento provisório, após a verificação da quantidade e da análise atestando a qualidade dos bens e sua consequente aceitação pela administração, mediante termo circunstanciado.

**16. REAJUSTE DE PREÇOS.**

**16.1.** Os preços dos serviços objeto desta licitação são fixos e irreajustáveis, pelo prazo de 01 (um) ano, contados a partir da data da assinatura do contrato.

**16.2.** O reajuste deverá ser solicitado até a data da assinatura do contrato, do aditivo de prorrogação ou do encerramento da vigência contratual posteriores ao nascimento do direito, sob pena de preclusão.

**16.3.** Após 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, excluída a responsabilidade do contratado proponente pelo retardamento da execução do objeto contratual, os preços serão reajustados, utilizando-se como índice o INCC – Índice Nacional da Construção Civil Obras Públicas (Coluna: 35 (edificação)) apurado pela FVG - Fundação Getúlio Vargas.

**17 - GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

* 1. A garantia dos equipamentos deverá ser a mesma do fabricante, mínimo de 12 meses, contra defeito de fabricação e montagem. O prazo de garantia só será contado a partir do primeiro dia útil sucessivo à data do recebimento definitivo;
  2. Em caso de solicitação de manutenção corretiva dentro do prazo de garantia dos equipamentos, a mesma deve ser feita sem nenhum custo para a contratante, podendo ser feita no local, por acesso remoto ou fazendo a retirada do equipamento para manutenção pela fabricante;
  3. A Contratada tem o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, para reposição de equipamento, em caso de defeitos que não possam ser corrigidos a contento;
  4. O prazo de garantia da obra será de **05 (cinco) anos**, contado do Termo de Recebimento Definitivo da obra a ser emitido por comissão designada pela autoridade competente;
  5. As despesas referentes à retirada e envio dos equipamentos para manutenção corretiva deverão correr por conta da Contratada dentro do prazo da garantia.

**18. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**18.1.** A contratada deverá apresentar a Administração Pública (Secretaria de Educação) em até 15 (quinze) dias úteis contados da data da assinatura do contrato, o comprovante de prestação das garantia contratual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, em uma das modalidades previstas no art. 56, da Lei Federal nº 8.666/93, diminuindo assim os riscos de inexecução ou execução irregular.

**18.2.** Considerando que o “fornecimento do sistema construtivo”; a) é o item mais relevante na curva ABC; b) é fornecido em perfis rastreáveis e em painéis pré-montados em função das especificidades de cada projeto; b) visando a economia e redução dos custos da obra; este item foi destacado em planilha com BDI diferenciado de materiais e equipamentos, sendo o contratado o único e exclusivo responsável pelo guarda, integridade e pela segurança dos materiais pelo período que compreende a entrega, recebimento e sua efetiva aplicação.

**19. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos alocados para a realização do objeto desta licitação são oriundos das Dotações Orçamentárias: 4.4.90.51..99.00 – OUTRAS OBRAS E INSTALAÇÕES; Programa e Ação: 12.367.026.2.426 – MODERNIZAÇÃO, REVITALIZAÇÃO MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES – ENS. ESPECIAL

Fontes: 15001001 – 1573 - 1550

**20. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**20.1.** Os serviços técnicos de engenharia e construção – aqueles de natureza preventiva e corretiva com vistas à preservação da vida útil, adequação às normas técnicas da ABNT – devem ser sem perda das características e da integridade da sala e ambientes adjacentes.

**20.2.** Considerando que a empresa a ser contratada tem qualificação técnica e comprovada capacidade para a execução dos serviços, de modo algum será aceita qualquer alegação, durante a execução do contrato, quanto a possíveis indefinições, omissões ou incorreções contidas no conjunto de elementos que constituem o presente Termo de Referência, como pretexto para pretender cobrar materiais, equipamentos, mão de obra, ferramentas e acessórios. A Secretaria de Educação deverá ser previamente consultada nos casos omissos neste Termo de Referência e definirá os procedimentos de maneira a manter o padrão de qualidade dos produtos previstos.

20.3. Nenhum serviço fora dos projetos e especificações integrantes deste Termo de Referência não poderá ser realizado, ainda que em caráter extraordinário, sem a prévia e expressa concordância da Secretaria de Educação, salvo aqueles que se caracterizem como necessários à segurança da obra;

20.4. Caso haja necessidade, por motivos técnicos não previstos, de acréscimo ou supressão de obras ou serviços, serão obedecidos os limites e demais condições estabelecidas no Art. 65 da Lei Federal no 8.666/93. Estes motivos deverão ser devidamente justificados, e mediante autorização prévia da Secretaria de Educação com correspondente formalização de termo aditivo, circunstanciada em documento escrito com as assinaturas dos responsáveis;

20.5. No interesse da Administração a Contratada fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias durante as obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

20.6. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes;

20.7. Constituem anexos ao presente Termo, como se aqui transcritos estivessem: projetos básicos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro.

São Pedro da Aldeia/RJ, 29 de março de 2022.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Eduardo Kauê Vatimo Salgado**

CREA-RJ 2018121803